

Palmas para o dendê

Zondendê

Aplicação dos zoneamentos agroecológicos como instrumento de suporte às políticas públicas para ordenamento territorial e fomento da produção agrícola: vantagens e limitações

Por: Paulo Emilio Ferreira da Motta e Maria de Lourdes M. S. Brefin, pesquisadores da Embrapa Solos

Quando se pretende orientar o melhor aproveitamento do espaço agrícola de uma região existem duas maneiras usuais: mapear esta região indicando as melhores opções de uso para cada situação de solo e clima, tendo em vista as necessidades agroecológicas das culturas, através da elaboração do zoneamento agroecológico e outra é mapear a região indicando as melhores e piores áreas para uma cultura específica, também com base na informação de solo, clima e da espécie vegetal, o que vai gerar o zoneamento agroecológico para a cultura específica.

O zoneamento agroecológico constitui um instrumento valioso, elaborado em harmonia com a legislação ambiental do país, baseado no conhecimento científico atual e isento de quaisquer outros interesses que não o de conjugar uma exploração econômica e sustentável da atividade agrícola com a máxima proteção ao meio ambiente.

O grande desafio para a apresentação de um zoneamento realmente eficaz, porém, é a disponibilidade de informações em nível de detalhe suficiente. Cita-se aqui o exemplo do zoneamento da palma de óleo, recém publicado pela EMBRAPA. A informação mais detalhada que se dispõe sobre os solos da Amazônia é aquela armazenada no banco de dados do SIPAM, provinda por sua vez do trabalho exploratório do RADAMBRASIL nos anos 70 e elaborada sobre imagens de satélite, o que permitiu a publicação de mapas na escala 1:1.000.000, acrescidas de informações mais detalhadas porém de algumas áreas restritas distribuídas na Amazônia. Estes dados foram retrabalhados, complementados e apresentados em mapas 1:250.000 o que, não significa dizer que o detalhamento destas informações estejam compatíveis com esta escala de publicação. A informação de clima, por sua vez, provém de uma

rede de postos meteorológicos extremamente rarefeita, o que dificulta sobremaneira a identificação e delimitação das diferentes nuances climáticas que ocorrem na Amazônia. Trata-se, portanto, de um estudo de natureza generalizada, porém baseado na melhor informação disponível para a região, ou seja, foi feito o que se pode fazer de melhor de posse das informações existentes. A aplicação das informações contidas num zoneamento feito nessa escala a locais muito específicos, sofrem grandes restrições e só podem ser realizadas com muito critério.

A carência de informações de solo e clima infelizmente é uma constatação geral em todas as regiões do país e traz consequências indesejáveis, sobretudo com relação à utilização racional das terras.

Não seria aqui exagero afirmar que o conhecimento dos recursos naturais - entre eles o solo e o clima - é um fator de soberania nacional, cabendo ao Estado promover o inventário sistemático, contínuo e metucioso dos mesmos. Constata-se hoje a necessidade premente de se dar continuidade ao detalhamento do conhecimento dos solos brasileiros, ampliando e reforçando as equipes existentes através da capacitação de novos técnicos. A este esforço deve ser também prevista a utilização de todo o aparato de novas geotecnologias que se mostrem comprovadamente úteis, além da promoção da expansão da rede de postos meteorológicos.

Além da melhoria da informação dos solos e do clima, o aperfeiçoamento contínuo da tabela de conversão, que promove a comparação entre as necessidades das culturas e a oferta ambiental regional, merece atenção, tendo em vista que as pesquisas evoluem e um melhor conhecimento das necessidades da planta deve ser incorporado sempre que identificado. Como exemplo, cita-se

